



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

## A HOMOGENEIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO POR MEIO DOS PROJETOS “RE...”: A BUSCA POR UM ÚNICO “ROSTO DA CIDADE” NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA

*THE HOMOGENIZATION OF URBAN SPACE THROUGH THE “RE...” PROJECTS: THE SEARCH  
FOR A UNIFORM “ROSTO DA CIDADE” IN CURITIBA CENTRAL AREA*

(Recebido em 27-06-2020; Aceito em 07-01-2022)

**Gabriela Bortolozzo**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná –  
Curitiba, Brasil  
gbortolozzo@gmail.com

**Felipe Comitre**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Rio Claro, Brasil  
Professor do Instituto Federal do Paraná – Pinhais, Brasil  
felipe.comitre@ifpr.edu.br

### Resumo

A busca pela compreensão das dinâmicas inerentes ao espaço urbano nas cidades capitalistas depende da reflexão sobre a atuação dos diversos agentes de reprodução do espaço, seja hegemônico ou não hegemônico. O poder público, que possui papel de intermediador dos interesses e tensões de tais agentes, pode se mostrar grande aliado do mercado quando busca sanar problemáticas engendradas pelo capital, em vez de atuar para suprir as mazelas estruturais das cidades e da sociedade. No denominado Planejamento Estratégico, muito utilizado pelos governos da era pós-moderna, os discursos de violência e da desvalorização de áreas históricas abandonadas, transformam-se em argumentos cabíveis para o convencimento da população em relação à investimentos pontuais e paisagísticos, especialmente nas áreas centrais e degradadas dos centros históricos. Assim, os projetos “re...” entram em cena: “revitalizar”, “revalorizar”, “requalificar”, entre tantos outros termos utilizados com tal prefixo, servem para conceber uma reprodução do espaço pensada somente pela lógica do capital, apagando tudo que seria diverso a ele. Sob a égide do paisagismo urbano e de uma representação histórica, governos municipais buscam homogeneizar identidades, culturas e grupos sociais que usam, ocupam, vivem e se apropriam dos fragmentos urbanos. A exemplo desse processo, analisa-se o caso da aplicação da lei conhecida como Rosto da Cidade, implementada no ano de 2019 em Curitiba (PR). Finalmente, debruça-se sobre os discursos e contradições da legislação, além de sua efetivação, buscando vislumbrar os resultados que essa paisagem imaginada e criada pelo poder público desencadeia para a estrutura urbana e seus habitantes.

**Palavras-chave:** Projetos “re...”; Planejamento urbano; Gentrificação; Estigma social.

### **Abstract**

*The search for understanding the dynamics inherent to urban space in capitalist cities depends on the reflection about the performance of the various agents of space production, either hegemonic or non-hegemonic. The public power, which has the role of mediating the interests and tensions of such agents, could be a great ally to the Market when it seeks to solve problems engineered by capital, instead of acting to resolve the society's and cities' structural problems. In the called Strategic Planning, widely used by governments from the post-modern era, the violence discourses and the devaluation of abandoned historic areas, have become suitable arguments for convincing population about investments in specific places and landscape design, especially in city centers and run-down areas of historic centers. Therefore, the “re...” projects have come to the stage: “revitalize”, “revalorize”, “requalify”, among so many other terms used with this prefix, serve to conceive a reproduction of the space, thought only by the logic of capital, erasing everything that would be different. Under the aegis of urban landscaping and historical representation, municipal governments seek to homogenize identities, cultures and social groups, that use, occupy, live and appropriate urban fragments. Following the example of this process, the article analyzes the case of applications derived from the law known as “Rosto da Cidade”, implemented in 2019 in Curitiba (PR). Finally, it focuses on the discourses and contradictions of the legislation, in addition to its effectiveness, seeking to glimpse the results that this landscape, imagined and created by public authorities, unleashes for the urban structure and inhabitants.*

**Keywords:** “re...” projects; urban planning; gentrification; social stigma.

### **Introdução**

A análise das dinâmicas impostas ao espaço urbano necessita de reflexões interdisciplinares que se direcionem para a compreensão da atuação dos agentes responsáveis por sua reprodução. Busca-se atentar para os interesses e consequências inerentes as práticas adotadas pelo poder público, pela iniciativa privada e pela sociedade em sua multiplicidade.

A influência do poder público, nas distintas escalas, via implantação de projetos urbanos, leis e decretos conferem novos usos e valores ao espaço urbano. Contudo, a sua ação não é isolada, visto que interesses privados permeiam, e muitas vezes se sobrepõe, as decisões realizadas pelo Estado. Dentro desse contexto, o conhecimento sobre o espaço urbano exige uma reflexão que valorize o contexto histórico, a localidade, as conjunturas políticas, econômicas, sociais e ambientais e, finalmente, os agentes hegemônicos que atuam na reprodução do espaço.

O espaço urbano no presente trabalho é entendido segundo a categoria de análise proposta por Carlos (2001), que o define como produto, meio e condição das relações sociais. Ou seja, é impossível dissociar as relações sociais e os agentes que as norteiam, das dinâmicas presentes nas cidades.

Compreender a dinâmica socioespacial das cidades exige a análise das estratégias dominantes que resultam na reprodução do espaço. Para isso, é importante reconhecer os diferentes

interesses e agentes que atuam na modelação do espaço urbano em determinados períodos históricos. Entende-se tais agentes possuem contradições na forma de planejar e agir na cidade, logo, as relações e os interesses diversos resultam em um espaço urbano que materializa as diferenças que influenciam direta e indiretamente na reprodução da vida nas cidades.

Apesar da multiplicidade de interesses no desenvolvimento das cidades, é possível direcionar as reflexões para a atuação dos agentes hegemônicos de reprodução do espaço urbano, entendendo que tais agentes podem mudar de acordo com o contexto histórico. Porém, na reprodução das cidades capitalistas, Cruz (2007) afirma que os agentes hegemônicos continuam sendo o Estado e o mercado imobiliário. Isso porque o Estado permanece como o principal responsável pelo direcionamento da produção do espaço por meio das políticas e projetos urbanos. Em contrapartida, o mercado imobiliário atua com cada vez mais influência das decisões do poder público, beneficiando-se de obras que conferem novos valores de troca para a terra urbana.

A aproximação entre Estado e mercado imobiliário pode ser constatada pelo aumento de planos urbanos que se remetem quase que exclusivamente a melhoria do aspecto paisagístico da cidade, desconsiderando outros aspectos como o social. Dentre os modelos de junção dos interesses entre o poder público e o setor privado, ascendem-se os projetos de recuperação, revitalização<sup>1</sup>, revalorização e refuncionalização do espaço urbano.

Ao analisar as principais estratégias dos projetos de “re-...”, Souza (2002) explica que tais planos se adequam aos ideais do Planejamento Estratégico, que segundo Vainer (2000), caracteriza-se pelo embasamento em técnicas que convergem com a lógica de mercado. Dentre as inúmeras atribuições associadas ao Planejamento Estratégicos, destaca-se a competitividade interurbana, na qual se ascende o que Harvey (2001) denomina de empreendedorismo urbano onde a cidade passa a “[...] ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente”. (HARVEY, 2001, p. 69)

O principal foco neste tipo de planejamento é a adoção de medidas pontuais no espaço, voltadas, principalmente, à melhoria paisagística, por meio das parcerias público-privadas (PPP). Souza (2002) pontua as principais características dos planos estratégicos, demonstrando também sua crítica a esse tipo de projeto, afirmando que:

Surgem nessa época, os processos “re-...”. Reconstrução, revitalização, recuperação urbanas. Intervenções pontuais para reinserir vida em tecidos urbanos deteriorados. A maior crítica presente nesse tipo de intervenção é a sua tendência em criar “cenários urbanos”: áreas revitalizadas com caráter historicista, reprodução de sítios deteriorados com a inserção

---

<sup>1</sup> Este termo é mais utilizado pelo poder público e setor privado, entretanto, apresenta questionamentos se analisado pelo viés geográfico, visto que autores como Souza (2002; 2011); Colvero (2010); afirmam que o termo revitalizar induz à compreensão de que anteriormente não existia vida no espaço. Acredita-se que a presença da vida independe da condição financeira do indivíduo, por isso, considera-se questionável a sua terminologia.

de elementos anteriormente existentes ou a importação de símbolos externos que se “contextualizem” àquele existente. (SOUZA, 2002, p. 120-121)

A crítica de Souza (2002) se embasa nos interesses inerentes as transformações urbanas oriundas dos projetos de “re...”. Para o autor, as mudanças advindas do plano urbano se voltam mais as necessidades do capital do que para o respeito com a história e a identidade do fragmento urbano modificado.

O foco, via-de-regra, condiz com a melhoria da paisagem urbana, tornando-a atrativa para novos investimentos e consumidores em um cenário marcado pela competitividade entre as cidades. A busca pela consolidação de uma imagem agradável, a partir de ações pontuais estéticas no espaço, aproxima-se da concepção da cidade tornada mercadoria, o que Sánchez (2003, p. 55) define como city marketing, que consiste em “um mecanismo institucional de promoção e venda das cidades”. Harvey (2001) demonstra as principais diferenças de propostas entre os planos urbanistas modernos e os pós-modernos (Planejamento Estratégico):

Verifica-se, sobretudo, que os pós-modernistas se afastam de modo radical das concepções modernistas sobre como considerar o espaço. Enquanto os modernistas vêem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social, os pós-modernistas o vêem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza “desinteressada” como fins em si mesmas. (HARVEY, 2001, p. 69)

A lógica de reprodução do espaço urbano a partir da égide pós-moderna, embasada pelo que Harvey (2005) define como empreendedorismo urbano, respalda-se na criação de possibilidades para a reprodução do capital. Para isso, a capacidade visual da cidade deve ser compatível com as exigências dos novos investidores e consumidores do espaço.

O que existe com a ascensão do empreendedorismo urbano, por meio dos projetos de “re...”, é a sobreposição do caráter paisagístico ao social nos modelos de se planejar e gerir as cidades. Consequentemente, assiste-se à geração de mecanismos que dificultam a compreensão dos problemas urbanos, isso porque, segundo Harvey (2005), a formação de paisagens atraentes para o capital pode ocultar a observação da desigualdade presente no espaço urbano, o que resulta em um processo de controle social.

Nos dias de hoje várias cidades de muitas partes do mundo adotam os planos de “re...” em seus planejamentos, mas é importante salientar que, segundo Arantes (2000), a gênese desse modelo se deu em Baltimore, nos Estados Unidos, durante a década de 1970. Desde então, as estratégias de aprimorar as condições da paisagem urbana por meio da atuação conjunta entre Estado e setor

privado só avançaram nas cidades mundiais, destacando-se Barcelona, como consequência do planejamento adotado para sediar os Jogos Olímpicos de 1992.

No Brasil, segundo Fogaça (2011), esses projetos passaram a se destacar nas últimas décadas, principalmente nas metrópoles e cidades médias, orientando assim, uma nova dinâmica urbana. A cidade precursora a adotar o Planejamento Estratégico foi o Rio de Janeiro, que realizou um projeto no início da década de 1990.

A cidade de Curitiba também aderiu aos ideais do Planejamento Estratégico no início dos anos 1990. De acordo com Fogaça (2011), Curitiba passou da cidade planejada à cidade competitiva. Nesse contexto, o prefeito da época relacionava as ações pontuais na cidade, em prol da formação de uma imagem positiva da cidade, como uma “acupuntura urbana”, fazendo uma analogia com as técnicas da medicina oriental. (FOGAÇA, 2011)

As ações pontuais nas cidades, típicas dos projetos de “re...”, destinam-se principalmente para as áreas centrais da cidade. Primeiramente porque as áreas centrais estão dotadas dos principais símbolos urbanos, que conferem os laços de identidade da população com o espaço. Posteriormente, devido aos centros, geralmente, encontrarem-se em um processo de abandono e, consequentemente, ocupados pela população de baixo poder aquisitivo, especialmente mediante a presença de submoradias, como os cortiços.

Nesse contexto, propõe-se a análise do projeto de revitalização urbana estabelecido oficialmente no ano de 2019 em Curitiba, denominado Rosto da Cidade. O objetivo consiste em entender como que a reprodução do espaço urbano norteada pelo projeto de “re...” influencia na estrutura urbana, bem como para a reprodução da vida de seus habitantes. Indaga-se como a reprodução do espaço fundamentada pelo viés paisagístico, proposta pelo Rosto da Cidade, pode fomentar transformações urbanas que caminham para a homogeneização do espaço, paralelamente ao avanço de problemas urbanos responsáveis por afastar a população indesejada de determinadas áreas da cidade.

### **Curitiba e os projetos de “re...”: breve resgate histórico**

A cidade de Curitiba incorporou, em diferentes momentos da administração pública municipal, projetos de revitalização destinados para a melhoria da paisagem de seu Centro Histórico. A gênese foi o projeto Cores da Cidade, criado em 1995, caracterizando-se no aprimoramento da imagem do centro por meio de incentivos fiscais - concedidos pelo poder público - e doação de tintas - por uma empresa privada - para melhorar as condições dos patrimônios históricos presentes na área, sobretudo aos que se encontravam com um número elevado de pichações (FERRI, 2009).

Seguindo a linha de estimular a formação de uma imagem agradável para o centro, em 1997 foi criado o projeto Revivendo Curitiba. Poucos anos depois, em 2004, foi implantado o projeto Centro Vivo, que se caracterizou por apresentar ações mais diversas que os programas feitos anteriormente, sobretudo pela instalação de câmeras pela área central com o intuito de coibir os roubos, furtos e pichações.

Em 2008 o poder público municipal de Curitiba em parceria com empresas privadas lançou o projeto Novo Centro. O enfoque do projeto, segundo Crestani (2014), foi o de restauro de monumentos históricos, incorporando pinturas em fachadas de prédios históricos, construção de novas calçadas, implantação de câmeras de segurança, iluminação pública e a elaboração de consultorias aos comerciantes do centro promovida pelo SEBRAE.

De forma geral, os projetos Cores da Cidade, Revivendo Curitiba, Centro Vivo e o Novo Centro buscavam criar condições para gerar atratividade de novos investimentos e consumidores para o centro da cidade. Isso porque desde a década de 1970 o centro de Curitiba passava por constantes perdas de população residente, o que estimula a reflexão sobre o dinamismo do bairro.

Pilotto (2010) analisou o processo de declínio populacional no centro de Curitiba entre as décadas de 1970 e 2000, que passou do bairro mais populoso da cidade, em 1970, para o décimo mais populoso em 2000. Juntamente com a saída da população, o centro de Curitiba, segundo o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano de Curitiba de 1985, passou a apresentar o processo de deterioração das habitações a partir da década de 1980. A deterioração mencionada se remete a existência de imóveis desocupados superior aos demais bairros da cidade, bem como ao processo de subutilização e de abando dos imóveis.

No decorrer da década de 1990 o processo de abandono e deterioração da área central de Curitiba continuou em curso. A diminuição do crescimento populacional aliada a deterioração do centro é explicada por Schüssel (2006, apud PILOTTO, 2010) devido a “novas espacialidades das atividades econômicas e dos espaços residenciais”. Que, resumidamente, caracterizou-se pela mudança de bares, restaurantes e atividades de lazer para bairros do entorno do centro, como o Batel, Água Verde e Seminário; a ascensão dos shopping centers a partir do final da década de 1980 e início de 1990, conferindo uma nova forma de compra e lazer, sobretudo pela classe média; e, finalmente, a mudança do uso residencial do Centro.

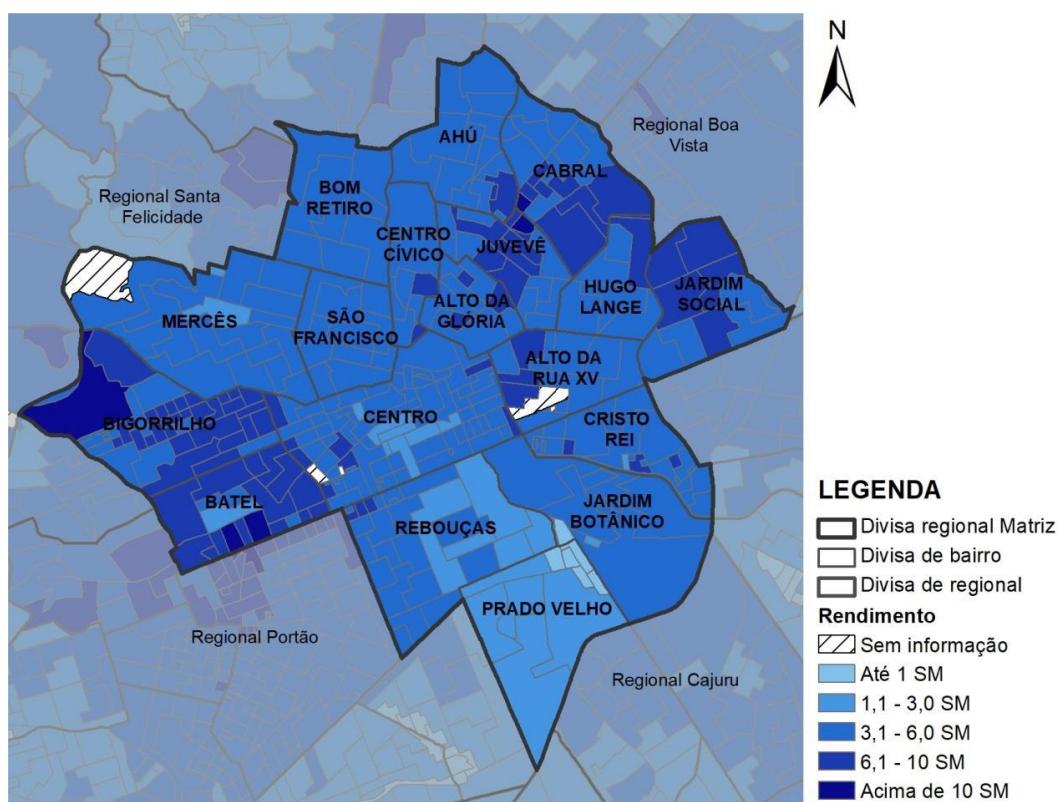
Entende-se que o processo de saída da população do Centro para bairros do entorno e mais afastados depende de diversos fatores, tanto institucionais quanto conjunturais, tais como os investimentos públicos, as políticas habitacionais, a procura por melhores condições de vida, dentre outros. Além disso, é possível afirmar que o centro não se caracteriza como um espaço homogêneo, já

que os fragmentos urbanos possuem particularidades quanto seus aspectos sociais, econômicos e culturais.

No caso específico de Curitiba, é possível constatar a existência de dois centros no Centro: i) o centro “miolo do bairro”, que é ocupado por uma população mais pobre e apresenta um declínio do uso residencial atrelado ao aumento do comércio popular; ii) o setor oeste: que devido a proximidade com os bairros ocupados pela população de melhor poder aquisitivo, como o Batel, possui moradias de alto padrão construtivo e comércios direcionados a tal clientela. (BLASCOVI, 2006, apud PILOTTO, 2010)

A existência de dois centros no Centro de Curitiba pode ser observada por meio da análise do mapa 1.

**Mapa 1:** Rendimento médio per capita dos domicílios particulares permanentes por setores censitários da regional Matriz



**Fonte:** IBGE – Censo Demográfico (2010). Elaborado por IPPUC.

O mapa 1 reforça a afirmação de Blascovi (2006) sobre a existência do centro “miolo do bairro” e da porção oeste. Pode-se afirmar que os projetos de revitalização propostos a partir da década de 1990 em Curitiba se voltavam ao centro “miolo do bairro”, visto que condiz com a área que se encontrava deteriorada e com declínio populacional.

Ao analisar a situação do centro deteriorado de Curitiba, torna-se possível fazer uma relação com o processo que Corrêa (2001) denomina de invasão-sucessão. Tal processo consiste, basicamente, na saída da população com rendas mais altas para a chegada de pessoas de menor poder aquisitivo.

A situação de abandono e deterioração do centro pode ser analisada, em síntese, pela dinâmica urbana verificada na rua Riachuelo a partir da década de 1990. A rua, historicamente relevante para o desenvolvimento urbano de Curitiba estava dotada de prostituição e consumo de drogas. Grupos sociais alternativos, atores sociais subalternizados – ou ainda excluídos - do processo de construção das cidades pelo poder hegemônico, apropriavam-se de seus pedaços. (MAGNANI, 2002). A socialização e à ocupação por meio desses grupos e indivíduos, gerava ao público elitista e aos poderes municipais, uma repulsa às diversidades do local.

Um dado que reafirmava o abandono do centro pelas classes sociais mais altas – detentoras de recursos para adquirir propriedades - era a quantidade de imóveis desocupados no local. Crestani (2014), ao analisar a situação específica da rua Riachuelo, afirma que 40% dos imóveis estavam desocupados. Evidentemente que existem particularidades entre as ruas do centro de Curitiba, porém, é possível utilizar a realidade da rua Riachuelo para refletir sobre a situação do centro como um todo, sobretudo do “miolo do bairro”.

Dados como estes somados aos discursos – como em reportagens de jornais e mídia local<sup>2</sup> - de que há uma “sub-gestão” (CARMONA, 2010) dos espaços da cidade pelos poderes municipais, formam uma série de classificações e impressões negativas sobre o local, gerando um senso comum em relação ao abandono. Assim, torna-se frequente que os projetos “re”, sejam propostos por governos sobre a argumentação de solucionar a problemática da “desvalorização” espacial. Daí desencadeiam-se processos contínuos de “super ou ultra-gestão” dos espaços públicos, o que passa a ser realizado tanto por agentes públicos quanto privados.

A ideia, portanto, foca-se em uma constante busca de embelezamento e privatização dos espaços públicos, selecionando, os indivíduos que são passíveis de frequentar e se apropriar dessas áreas. Além disso, Carmona (2010) nos apresenta uma série de novas e ostensivas regras que podem ser aplicadas no espaço, seja por meio da vigilância constante ou por meios mais leves de controle<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> A exemplo desenvolve-se a seguir sobre a notícia da “Agência de Curitiba”, de 22 junho 2018.

<sup>3</sup> O planejador urbano Carmona (2010) faz uma compilação bibliográfica que demonstra as ações comuns tomadas pelo poder público e privado quando se usa o discurso do descaso da gestão dos espaços públicos. Para isso, ele nomeia e divide, com base em outros autores, as ações rígidas e leves que passam a ser inseridas nesses espaços. As primeiras se referem aos meios explícitos de controle do espaço, como contratação de segurança privada, o policiamento excessivo, os circuitos fechados de monitoramento por câmeras. Entre os leves, estão as restrições simbólicas inseridas nos espaços e que desencorajam alguns usos.

A ênfase ao embelezamento urbano é aliada a uma escassez no advento de programas sociais, especialmente a implantação de políticas habitacionais de interesse social para a ocupação dos imóveis desocupados na área central para a população de pior condição econômica.

As políticas habitacionais de interesse Social em Curitiba, como demonstram Polucha e Neto (2019), destacaram-se a partir da década de 1960, especialmente por meio do modelo das COHAB em áreas periféricas. Os autores revelam que entre as décadas de 1970 e 1980 Curitiba adotou o Programa Habitacional da Cidade Industrial (CIC), novamente voltado a regularização fundiária em áreas distantes do centro.

O direcionamento das políticas habitacionais de interesse social para áreas periféricas ainda se faz presente em Curitiba. O contato com o zoneamento urbano atual, de 2019, possibilita constatar que os Setores Especiais de Habitação de Interesse Social (SEHIS) se encontram nos limites sul do município, região que apresenta os piores indicadores socioeconômicos da cidade (IBGE, 2010). Vale destacar que existem inúmeros estudos que relacionam o crescimento periférico estimulado pelo poder público, via construção de conjuntos habitacionais populares, com o avanço de problemas urbanos, podendo mencionar Maricato (2002), Souza (2002), Bonduki (2000) e Comitre (2010).

A inexistência de habitação popular na área central de Curitiba reforça que os projetos de “re...” adotados na cidade a partir da década de 1990 se direcionam para a busca por melhorias paisagísticas. Outro fator que chama a atenção são os nomes dos títulos dos projetos criados em Curitiba: Cores da Cidade (1995), Revivendo Curitiba (1997), Centro Vivo (2004) e Novo Centro (2008). As terminologias convergem para aspectos paisagísticos e, principalmente, para a estigmatização da população de menor poder aquisitivo, já que sua presença é relacionada com a ausência de vida.

O projeto mais recente de revitalização do centro de Curitiba é o Rosto da Cidade, criado na gestão atual do prefeito Rafael Greca, que retornou ao cargo após vinte anos. Por se tratar do projeto “re...” contemporâneo de Curitiba, propõe-se analisar a sua influência para a reprodução do espaço urbano, refletindo sobre as suas consequências para a dinâmica urbana na sua área de influência, especialmente para a população e para o consumo do e no espaço urbano.

### **O rosto da cidade: a busca pelo ‘rosto padrão’ e o afastamento do indesejável**

Em consonância com os principais objetivos dos projetos de “re...” implantados em Curitiba desde a década de 1990 – Cores da Cidade, Revivendo Curitiba, Centro Vivo e Novo Centro – o poder público municipal incorporou em 2019 o programa Rosto da Cidade. De forma geral, é oportuno considerar o novo projeto de revitalização, que se encontra em operação, com o contexto de planejamento da cidade competitiva, ou seja, aquela que busca criar condições, sobretudo

paisagísticas, para atrair novos consumidores e investimentos para o centro em prol da reprodução do capital.

Por se tratar de um planejamento pautado na competitividade interurbana por meio da valorização da imagem da cidade, as áreas centrais são as que mais recebem atenção das novas ações pontuais do poder público, geralmente a partir de parcerias com o setor privado. A escolha, entretanto, não é aleatória, isso porque as áreas centrais são dotadas de signos e símbolos da cidade, sendo que na circunstância dos projetos de “re...”, tais particularidades podem se enquadrar no processo de mercantilização em prol da reprodução do capital.

O processo de retomada de interesse público e privado no centro de Curitiba iniciado na década de 1990, ganhou mais um reforço por meio da implantação da Lei Municipal n. 15.388 de 14 de março de 2019, que instituiu o Programa Rosto da Cidade, tendo como enfoque o “combate à poluição visual, à pichação e degradação da cidade”.

A um primeiro instante, ascende-se diretamente a relação entre o Rosto da Cidade e a busca pela melhoria da paisagem urbana, contudo, sua ação não é isolada e não se limita aos objetos construídos, já que afetam na reprodução da vida das pessoas que moram ou se apropriam da área para realização de determinadas atividades.

O Rosto da Cidade executa, via poder público municipal, serviços de limpeza, pintura e fornecimento de tinta e resina anti-pichação em imóveis públicos ou privados situados na área do programa. Para os imóveis privados, é necessário que os proprietários façam o pedido de cadastramento no programa, sendo que a contemplação depende da classificação do imóvel como de Relevante Interesse para a Recuperação da Paisagem<sup>4</sup>.

Após a contemplação, os proprietários precisam seguir as orientações previstas pelo art. 4º da Lei n. 15.388/2019: “I) adotar e manter as cores determinadas para a pintura da fachada; II) proceder as pinturas indicadas, seguindo as orientações técnicas para o caso específico”.

O art. 4º reforça o processo de padronização do espaço urbano, sobretudo por meio da coloração destinada para as fachadas dos imóveis. Observa-se que o poder público determina a cor e os procedimentos de pintura das fachadas dos imóveis, acentuando-se o que Lefebvre (1999; 2008; 2013) define como espaço concebido, que para o autor consiste no espaço resultante das relações de poder, ou seja, que é oriundo da atuação dos agentes hegemônicos de reprodução do espaço.

---

<sup>4</sup> Segundo a Lei n. 15.388 o reconhecimento do imóvel como de Relevante Interesse para a Recuperação da Paisagem é feito por uma equipe técnica composta por representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Fundação Cultural de Curitiba, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, do Instituto Municipal de Turismo e da Secretaria Municipal do Urbanismo.

Ao analisar a obra de Lefebvre, Serpa (2014) demonstra que nas cidades modernas tudo se parece, há um padrão das paisagens urbanas, fazendo com que a morfologia urbana das cidades ao redor do mundo se pareça cada vez mais. O autor afirma que:

[...] o repetitivo substituiu a unicidade, o factual e o sofisticado prevaleceram sobre o espontâneo e o natural, o produto sobre a produção. Esses espaços repetitivos resultam de gestos e atitudes também repetitivos, transformando os espaços urbanos em produtos homogêneos, que podem ser vendidos ou comprados. (p. 19)

Nesse contexto o espaço deixa de ser produto das relações sociais e passa a ser fabricado sob o domínio dos interesses dos agentes hegemônicos. Logo, nas cidades moldadas pelos projetos de “re...”, os espaços vividos (LEFEBVRE, 2013) são desconsiderados em prol de interesses específicos do Estado, que convergem cada vez mais com os ideais do mercado imobiliário, via-de-regra pelo aprimoramento da imagem da cidade.

Nesse contexto, as especificidades culturais que se relacionam com a reprodução da vida por diferentes grupos étnicos e culturas podem passar por um verdadeiro apagamento para se adequar com a atração de novos investidores e consumidores. Ao analisar sobre os bens culturais do espaço urbano, Luchiari (2005) explica existir um processo de apropriação do patrimônio histórico sob a égide mercadológica. Assim, as particularidades e o sentimento de pertencimento inerente ao local se transformam perante a ideologia do consumo e, neste caso, o espaço se padroniza segundo as exigências do capital, perdendo sua identidade cultural.

Cabe destacar que a padronização não se direciona apenas para os objetos construídos, mas também para o perfil da população que pode se beneficiar dos projetos de “re...”. As mudanças estruturais advindas da revitalização podem impactar no consumo do e no espaço, pois conferem novos tipos de estabelecimentos comerciais, de serviços e de habitações. Ao traçar o perfil desejado de morador/usuário, os programas de revitalizações podem estimular o afastamento de determinados grupos sociais, sobretudo os estigmatizados.

É importante destacar que os grupos estigmatizados também são capazes de criar uma identidade própria aos espaços da cidade, fazendo parte de uma das frentes contra o processo de pasteurização da paisagem urbana. Contudo, quando estes indivíduos ou grupos são afastados, assiste-se a reprodução de espaços que deixam de ser vividos pela população e, assim, vêm deixando de representar a si mesmas: de “espaços de representação” são reformulados às “representações do espaço” (LEFEBVRE, 2013).

Concebidos por planejadores que pouco vivem ou experienciam o espaço, ganham características moldadas e importadas de outros lugares. Os grafites coloridos e outras expressões de

arte urbana produzidas pela população local, são apagados para se tomarem paredes cinzas que impedem qualquer identificação ou reconhecimento dos cidadãos com sua cidade.

No caso específico do centro de Curitiba e das consequências iniciais oriundas do Rosto da Cidade, assiste-se a uma verdadeira caça a grupos relacionados a arte de rua, como os grafiteiros e pichadores, sendo que na própria lei o Rosto da Cidade se designa como um programa anti-pichação. O apagamento das representações identitárias em Curitiba por meio do Rosto da Cidade pode ser observado na figura 1.

**Figura 1:** Transformação da paisagem da Rua São Francisco em Curitiba: o cinza pós Rosto da Cidade



**Fonte:** Os autores (2019).

Longe de ser um movimento novo ou imprevisível das cidades - e em especial dos centros históricos - o exemplo de Curitiba e o projeto Rosto da Cidade é um exemplar de política pública contraditório, nos quais os discursos de desvalorização e estigmatização, e suas sucessivas tentativas de “reformulação”, geram ainda mais marginalidade. Os autores lubel, Cordova e Stoiev (2014) ao analisarem os olhares, discursos e projetos de “revitalização” aplicados sobre a rua Riachuelo de Curitiba, contempla, de forma explícita e coerente, a dialética resultante desses projetos:

Recentemente, os muitos discursos relacionados aos diferentes interesses de preservação e revitalização da Riachuelo somaram-se, da parte de alguns atores, ao esforço de potencializá-la economicamente e sofisticá-la, devolvendo-a, assim, aos “cidadãos de bem”. A despeito das boas intenções, algumas ações se assemelham às práticas de outrora que

revitalizaram o Setor Histórico, mas tornaram a Rua Riachuelo, e outras vias do entorno, redutos de práticas “ilícitas”, lugares “violentos” e “perigosos”. Hoje, além dos atributos que o tempo proporcionou à sua arquitetura e práticas comerciais, é esse discurso da violência e do perigo que tem justificado as intervenções na rua. E, de modo semelhante às décadas 1970 e 1980, essas novas intervenções na Riachuelo e em outros logradouros estão marginalizando (ou potencializando marginalizações de) ruas como a Alfredo Bufren, a Presidente Farias e arredores. Ou seja, eleger lugares para revitalização é também lançar para suas margens imediatas os sujeitos tidos como indesejáveis: usuários de drogas, prostitutas, pobres... (IUBEL; CORDOVA; STOIEV, 2014, p.21)

O que se enxerga, geralmente, nos projetos de “re...” é que “o rosto” da cidade se remete a representação de uma pequena, mas poderosa, parcela da população. Todos os outros “rostos” da população curitibana são desconsiderados, inclusive dos que historicamente constituíram a região central de Curitiba: a população negra e escravizada que soerguia as vilas do início do século XIX; as múltiplas etnias que compunham os muares e o tropeirismo - impulsionadores da formação das primeiras vilas da cidade – e, mais tarde, a marcante presença dos comerciantes sírio-libaneses (IUBEL; CORDOVA; STOIEV, 2014).

A perda das particularidades típicas de cada grupo social nos fragmentos urbanos pode contribuir com a formação do que Souza (2002) explica ser os cenários urbanos. Para o autor alguns projetos de revitalização urbana podem culminar na formação de um espaço urbano fake, isto é, uma cenografia urbana. No contexto do espaço fake não existe possibilidade para a presença de determinados grupos sociais, portanto, ações de afastamento se tornam constantes.

É interessante perceber que a presença de grupos indesejados confere a sensação de perda do território pelos grupos de melhor poder aquisitivo. O que mais chama a atenção, no caso do programa Rosto da Cidade, é que o próprio prefeito da cidade incorpora discursos sobre a necessidade de se recuperar a área. Tal busca pode ser observada a partir da reportagem da Agência de Curitiba, publicada em 22 de junho de 2018, que descreve a opinião do prefeito com relação ao projeto Rosto de Curitiba: “O objetivo é que não percamos o São Francisco e os bairros do centro tradicional que são o rosto de Curitiba”.

A mesma reportagem demonstra também que o Rosto da Cidade tem como metas “resgatar o centro da cidade como área para moradia, turismo e lazer e o fortalecimento do comércio e serviços”. Porém, qual é a ação direta de resgate como área de moradia? A sua atuação é paisagística, o que converge com os segmentos do lazer, turismo e comércio, mas a situação habitacional em nenhum momento se contempla nas diretrizes prevista pela Lei n. 15.388/2019, muito pelo contrário, pois desconsidera os moradores que atualmente se apropriam da área do programa.

Pode-se afirmar que o intuito de se resgatar e não perder o centro da cidade se caracteriza pela tentativa de transformação de consumo do e no espaço, mais especificamente da área delimitada

pelo Rosto da Cidade. O cidadão comum, representado pela população de baixo poder aquisitivo, vai perdendo a possibilidade de permanecer e de se apropriar da área devido a imposição de transformações urbanas pontuais que se voltam cada vez mais para os interesses do capital, moldando o espaço a partir da homogeneização das edificações e das práticas sociais nele estabelecidas.

Não existe, então, o interesse em possibilitar o contato entre diferentes grupos no centro da cidade. O Rosto da Cidade, assim como outros projetos de “re-...”, caminham para a valorização do consumidor sob o cidadão, apesar das contradições postas as suas realizações. Santos (2012), em uma crítica em relação a forma de se fazer política no Brasil, explicava não existir cidadania no país, pois “Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”. (SANTOS 2012, p. 25)

A ascensão do consumidor sobre o cidadão fomenta a indagação sobre os reais interesses do programa de revitalização adotado no centro da cidade. Afinal, qual é o rosto de Curitiba que o poder público quer transmitir a partir do Rosto da Cidade?

Reconhecendo a diversidade étnica que resultou na formação do povo brasileiro, abordada por Ribeiro (1995), dificulta-se estabelecer modelos ou padrões que conferem a identidade de um local a determinado grupo social. Indaga-se, portanto, se a nova política de revitalização estabelecida em Curitiba não se aproxima de um viés higienista que busca afastar a população indesejada, representada, por grupos sociais diversos e não hegemônicos, como a população empobrecida, negra, LGBTQ+, profissionais do sexo e inúmeras outras que frequentam, usam e se apropriam das áreas centrais cidade.

Entende-se que a concepção de afastamento do indesejável condiz com a estigmatização de determinados grupos que habitam ou se deslocam para a área central de Curitiba. Wacquant (1995), ao analisar a realidade dos habitantes das cités francesas e dos guetos norte-americanos, explica que o estigma é responsável por associar tais indivíduos ao perigo, ao crime e à degradação moral, tornando-os verdadeiros proscritos sociais.

A análise de Wacquant (1995) pode servir de base para as consequências iniciais advindas do Rosto da Cidade, visto que é comum a associação de alguns grupos sociais que hoje se apropriam da área central de Curitiba com o perigo e a depredação do patrimônio. Tal aspecto pode ser verificado na afirmação do prefeito publicada em uma reportagem para a Agência de Notícias de Curitiba sobre o Rosto da Cidade, no dia 18 de setembro de 2018: “Este programa é um sonho para mim, para devolver ao rosto sagrado de Curitiba a sua condição de dignidade. É um projeto antipichação e antivandalismo. Xô tranqueira e xô pichador”.

As palavras utilizadas pelo prefeito de Curitiba, caracterizam-se como uma nítida expressão de que existem grupos sociais em que a exclusão é plausível. Ao alcunhar tais grupos como “tranqueira”, incluindo o pichador neste mesmo patamar, vemos que existem juízos de valores antidemocráticos, nos quais as políticas de inclusão social são impensáveis ou simplesmente desconsideradas. Tratar tais controvérsias como crimes tão problemáticos, a ponto de serem considerados planos de destaque em governos municipais, é o mesmo que negar direitos básicos e essências a totalidade dos cidadãos.

### **Rosto da cidade: o estigma e padronização do local**

O estigma direcionado ao pobre como violento passa a fazer parte do imaginário urbano norteado pelo Planejamento Estratégico e, portanto, medidas voltadas para a contenção da presença dessa classe social passam a ser defendidas por agentes do poder público e também do setor privado. As estratégias adotadas para retirar a classe social indesejada de determinada parte da cidade possuem variações de acordo com o período histórico, os interesses dos agentes de reprodução do espaço, assim como o público alvo e os objetivos usados para respaldar tais ações. Uma prática muito utilizada em Curitiba, sobretudo a partir da década de 1970, foram as políticas habitacionais de interesse social nas periferias, como foi mencionado anteriormente.

O contexto do déficit habitacional, portanto, foi utilizado para legitimar ações públicas que resultaram na fixação dos pobres em áreas distantes da área central. Tal prática foi a tônica da política habitacional brasileira desde a década de 1960, com a criação do BNH, ganhando destaque com a difusão das COHABs a partir de 1980. (MARICATO, 2002)

Mais recentemente, outro programa habitacional de cunho federal que, apesar de suas particularidades, também direcionou moradias de interesse social nas periferias urbanas foi o Minha Casa Minha Vida, originado em 2009. Monteiro (2017), ao analisar a distribuição dos empreendimentos do programa federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV), afirma que a condição pouco mudou com relação a COHAB, pois as habitações continuam nas periferias.

A presença da população de menor rendimento nas periferias, muitas vezes estimuladas pelo Estado, reforça o estigma territorial. Wacquant (1995) explica que a formação do estigma dificulta a interação dos habitantes estigmatizados com os demais membros da sociedade, por exemplo, com os agentes repressivos do Estado, com a justiça e com outras esferas sociais.

Mesmo com as políticas habitacionais de interesse social que fomentaram a fixação dos pobres nas periferias urbanas, ainda é possível constatar a presença da população de menor poder aquisitivo em áreas centrais da cidade, o que se viabiliza com a presença de cortiços e submoradias. Nesse

cenário, os programas de “re-...” adquirem relevância na tentativa de se afastar a população indesejada que ainda resiste nos centros urbanos.

No caso específico de Curitiba, foi mencionado anteriormente que a presença da população pobre na área central se relaciona com o processo de invasão-sucessão, que ocorreu a partir da década de 1970. Em pesquisa realizada para compreensão entre habitação, saúde pública e questão sanitária, Vaccari (2001) descreve que na área central de Curitiba, entre 1994 e 1996, existiam aproximadamente 80 cortiços. Dados do Censo Demográfico do IBGE (2000) demonstram que no centro de Curitiba existiam 73 domicílios permanentes urbanos sem banheiro, o que se caracteriza como uma submoradia.

A contradição sobre a questão de moradia no centro de Curitiba se ascende quando se constata a existência de imóveis vazios. Segundo Anastácio (2018, p. 232, apud BERTOL, 2010; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018) “[...] chama atenção a ociosidade e subutilização dos imóveis urbanos, com 42 edifícios totalmente vazios levantados no bairro centro, e um índice de vacância de apartamentos estimado em 5 apartamentos vagos por edifício residencial”.

A existência de imóveis desocupados, entretanto, não resulta na elaboração de políticas habitacionais por parte do poder público. Em contrapartida, a presença de cortiços e submoradias legitima a implantação dos projetos de “re-...”, tendo como argumento central a necessidade de se romper com o processo de degradação urbana.

O Rosto da Cidade converge com tal ideal, visto que associa a presença do pobre e de outros grupos minoritários ao perigo, relacionando-os a um duplo prejuízo: estético-paisagístico e de violência urbana. Isso pode ser verificado pela afirmação do prefeito, em reportagem da Agência de Notícias do dia 12 de março de 2019, ao enaltecer a revitalização: “Vamos varrer da paisagem de Curitiba a estética do mal, do medo e da droga”.

A fala do prefeito se apropria do medo presente nas cidades para legitimar as ações higienistas via imposição do Rosto da Cidade. Com relação ao medo e espaço urbano, Melgaço (2010) explica que o ordenamento do território se pauta cada vez mais na presença do medo, para o autor “o medo passa a fazer parte do imaginário coletivo e isso altera o cotidiano das pessoas e a maneira como usam o território”. (MELGAÇO, 2010, p. 105).

A associação de violência, medo e estética do mal também pode ser percebida em outras ruas de Curitiba e anterior ao programa Rosto da Cidade. Notícias relacionadas a outros projetos de revitalização que abrangiam a área central já se caracterizavam pela formação de estigma, lubel, Cordova e Stoiev (2014) demonstram que as notícias relacionadas a rua Riachuelo relatavam, principalmente, os temas violência, tráfico de drogas e prostituição.

Ou seja, o argumento utilizado pelo prefeito é recorrente em Curitiba, portanto, o estabelecimento de estigma se torna constante. Comitre (2017, p. 106) faz uma análise da relação entre estigma e interesse em afastar o indesejável, para o autor “[...] o afastamento do indesejável se torna um modelo de planejamento que estigmatiza o pobre, retira seus direitos e menospreza a análise adequada da violência urbana”.

Deve-se entender que o Rosto da Cidade não atua isoladamente nas transformações urbanas do centro, já que outras estratégias vêm sendo incorporadas para traçar um novo perfil de moradores, investidores e consumidores da área. Dentre as ações direcionadas para o centro, destaca-se a ampliação de práticas de vigilância na área, com a instalação de câmeras de monitoramento nas áreas do Centro Histórico, como demonstrado em reportagem da Agência de Notícias de 1 de julho de 2016, e mais recentemente o programa Muralha Digital, que teve início, ainda que em fase experimental, no mês de janeiro de 2021, abrangendo não apenas o centro, mas praticamente todo o território de Curitiba.

De acordo com a reportagem da Agência de Notícias do dia 05 de janeiro de 2021, o prefeito de Curitiba explicou que a Muralha Digital “[...] é uma estrutura da Prefeitura de Curitiba que não dorme, é a contribuição de Curitiba, cidade inteligente, à segurança da Região Metropolitana”. Ao explicar sobre os aspectos técnicos, afirmou que “Serão 1.742 câmeras, 191 locais com 804 faixas de radares, 185 botões de pânico em escolas”. A mesma reportagem informa que 488 câmeras instaladas pela cidade já possibilitam o reconhecimento facial.

A junção de ações em prol de conferir novos usos para o centro de Curitiba, entre o Rosto da Cidade e as novas técnicas de vigilância, ainda não resultaram na ampliação da ocupação da área por novos consumidores. Tal situação pode ser sintetizada pela realidade da rua São Francisco, situada na área delimitada pelo Rosto da Cidade. A rua experimentou grande ascensão de frequentadores a partir de 2014, porém, desde 2018 a rua passou por um processo de fechamento de bares e diminuição de frequentadores, sendo que muitos apontam como principal fator o aumento da violência e do trânsito.

A situação da São Francisco pode ser muito bem sintetizada pela afirmação de Jacobs (2003, p. 30) “Não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras”.

Talvez a ideia do poder público em definir uma área como estética do medo, da droga e do mal tenha obtido e movimento reverso, ou seja, de ampliação da insegurança e da violência. Cabe salientar que a rua São Francisco já fazia parte de um projeto de revitalização anterior ao Rosto da Cidade,

sendo que o atual programa também abrange a rua, mas a dinâmica de comércios e a presença da população pouco se alterou, continuando em declínio.

A incorporação de um totêmico videomonitoramento na rua São Francisco no final de 2015, interativo com a Guarda Municipal de Curitiba (AGÊNCIA CURITIBA, 2015) pode ter estimulado o movimento inverso ao da proposta, já que o projeto piloto tinha como objetivo principal inibir delitos, como furtos, comércios de drogas, brigas e vandalismo na área. O que se vê atualmente é uma rua desprovida de ocupação popular, mas a constante comercialização de drogas.

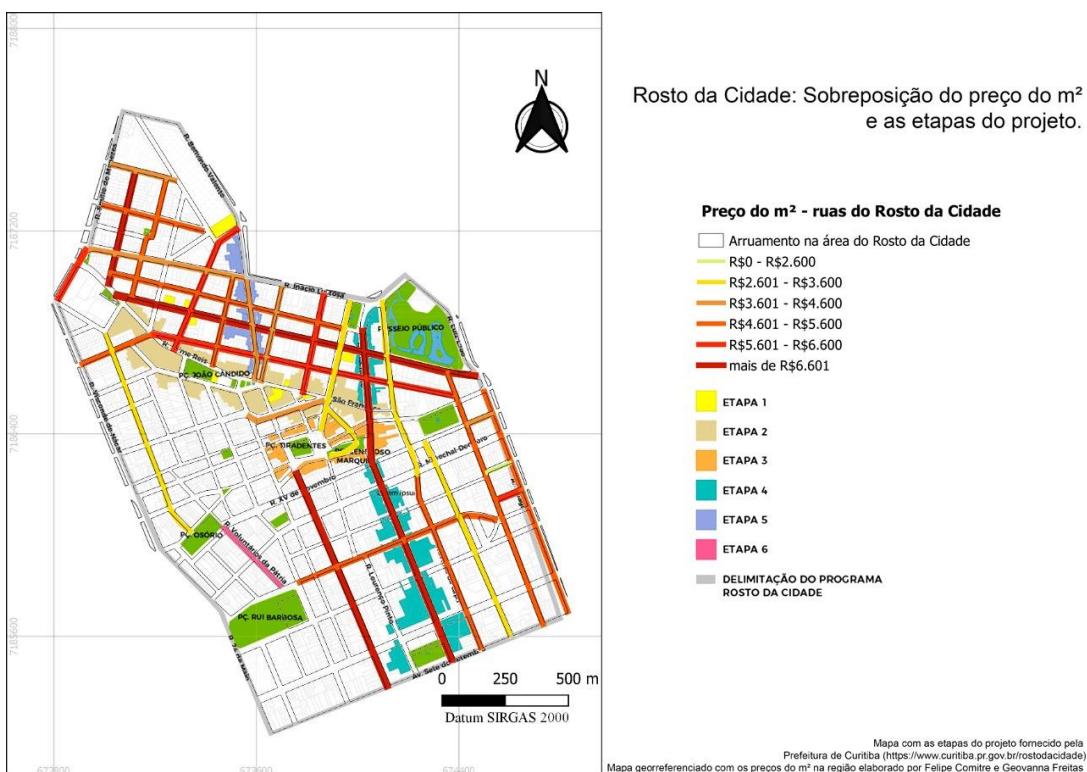
Graham (2016) promove uma reflexão que associa as câmeras como armas de espetáculo da violência urbana. Transferindo para a situação da rua curitibana, as câmeras, muitas vezes, captaram ações ilegais que foram apropriadas por meios de comunicação para virar espetáculos visuais. As cenas passaram a alimentar o medo dos telespectadores que, em prol de sua segurança, passaram a evitar o local. Consequentemente, a diminuição de pessoas circulando na área contribuiu com a ascensão do tráfico e de outras atividades ilícitas na rua São Francisco.

A situação evidencia os riscos advindos da definição de estigmas a determinados fragmentos urbanos e grupos sociais. Porém, deve-se refletir se o processo de abandono e ascensão da violência no atual momento não faz parte de um plano já definido para acelerar a substituição da classe social que se apropria da área, estimulando novas possibilidades de consumo do e no espaço.

Um processo que se encontra em curso na área central de Curitiba é a revalorização da terra urbana, isso porque o Estado e o setor privado reativaram o interesse na área. Desde então, a partir da década de 1990, assiste-se a implantação frequente de projetos pontuais nessa área.

O mapa 2 demonstra o preço do metro quadrado na área abrangida pelo programa Rosto da Cidade.

**Mapa 2:** Preço do metro quadro dos imóveis à venda na área do Rosto da Cidade



**Fonte:** Comitre; Freitas (2001).

O mapa 2, elaborado por Comitre e Freitas (2021), espacializa os dados do preço dos imóveis anunciados na área do Rosto da Cidade no período de 21 de novembro de 2019 a 03 de fevereiro de 2020. Os autores classificaram os anúncios por meio do preço do metro quadrado de acordo com a rua em que foram anunciados, sendo que, posteriormente, implementaram a sobreposição dos preços dos imóveis anunciados com as etapas de execução do Rosto da Cidade.

A análise do mapa permite afirmar que os imóveis com os maiores preços do metro quadrado se encontram nas áreas de atuação direta do Rosto da Cidade, além disso a maior quantidade de imóveis à venda também se situa nas ruas e avenidas com ações previstas pelas etapas de atuação do Rosto da Cidade, o que evidencia a mudança social, econômica e cultural em curso no centro de Curitiba. (COMITRE; FREITAS, 2021).

Indaga-se, então, se o processo de revalorização e mudança da estrutura urbana no centro de Curitiba tende a ocasionar o processo de gentrificação. Bidou-Zachariasen (2006, p. 28) explica que “[...] a gentrificação tem por corolário a saída das classes populares dos centros urbanos”, tendo como princípio a revalorização econômica dos fragmentos urbanos.

A gentrificação se tornou comum em várias cidades que adotaram os projetos de “re...”, como o caso de Barcelona após o programa de revitalização criado para que a cidade recebesse as

Olimpíadas de 1992 e favorecesse a atividade turística (CLAVER, 2006). Em Curitiba a cartilha vem sendo seguida, sendo que no ano de 2017, ao explicar a estratégia de avanço de operações da Guarda Municipal no centro de Curitiba, o prefeito afirmou para a reportagem do jornal Tribuna: “O turismo é o melhor de todos os investimentos de uma cidade. E uma cidade não presta para ser visitada se não for boa para seu povo por isso. Não vamos permitir que o centro histórico persista na tendência de ser uma cracolândia”. (MAROS, 2017)

A primeira questão que se ascende, com a fala do prefeito, é a busca por novos investimentos e usuários para o centro histórico a partir do estímulo ao turismo. Para isso a imagem se torna essencial para a atração dos turistas, o que revela a sobreposição do aspecto visual ao social.

Outro elemento que se destaca na fala do prefeito é a tentativa de impedir a formação de uma cracolândia em Curitiba. A menção faz alusão a uma área de São Paulo, situada na região central, que convive com grande quantidade de usuários de drogas. A prefeitura de São Paulo, em diferentes gestões municipais, incorporou diversas ações destinadas ao local, destacando-se a Operação Limpa (2005), a Operação Centro Legal (2012) e o Projeto Redenção (2017). Apesar das particularidades, via-de-regra, a tônica dos projetos consistia em avanço da atuação policial na área, dentre as ações Amaral e Andreolla (2020) avaliam o Projeto Redenção como responsável pela atuação por meio de demolição de prédios, fechamento de pensões e excesso de militarização.

Os projetos urbanos destinados à Cracolândia se caracterizam pela tentativa de se expulsar os usuários de drogas, paralelamente a implantação de projetos que visam o estabelecimento de galerias e outros espaços que oportunizam a mudança do perfil do consumidor. O mesmo pode ser transferido para a realidade curitibana, pois a área central também despertou o interesse do setor privado e do Estado.

Não se desconsidera aqui os prejuízos associados ao consumo de drogas, contudo, acredita-se ser um problema social, e não meramente paisagístico como muitas ações o definem. O Rosto da Cidade, alinha-se com o higienismo social, pois cria estratégias para impedir a presença de grupos estigmatizados no centro.

Pode-se afirmar que existe uma mudança paisagística e social em curso na área central de Curitiba. Tal processo pode ser analisada a partir da construção do Cine Passeio, inaugurado em março de 2019 (CINE PASSEIO, 2020). Situado no cruzamento entre a rua Riachuelo e a rua Presidente Carlos Cavalcanti, o cinema foi construído por meio da revitalização de um antigo prédio que até o fim da década de 1990 abrigava atividades administrativas do Exército, mas que desde 2010 pertence ao poder público municipal.

**Figura 3:** Cine Passeio

**Fonte:** Daniel Castellano (2020). Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/viva/cinema-de-curitiba-e-eleito-como-um-dos-20-mais-legais-do-mundo/>

O Cine Passeio é constituído por parceria-público-privada (PPP), tendo o Worktiba – espaço coworking municipal, uma cafeteria - Coffeeteria Cine Passeio, área para cursos na área do audiovisual, área de eventos no terraço e duas salas de cinema. A presença do Cine Passeio demonstra a tendência de mudança dos tipos de estabelecimentos e usuários na rua Riachuelo e do entorno, isso porque nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1970, a rua se caracterizava pela presença de lojas de móveis usados e brechós, além da prostituição e consumo de drogas.

Os serviços ofertados pelo Cine Passeio, apesar da proximidade geográfica, não condizem com a realidade de grande parcela da população que reside na área. O perfil do morador de cortiços e submoradias não se relaciona com coworking, Coffeeteria e outros serviços existentes do Cine Passeio, estabelecendo uma restrição simbólica a determinados habitantes.

A inauguração do Cine Passeio foi seguida do surgimento de novos estabelecimentos comerciais no entorno que se voltam para o público de melhor poder aquisitivo, como bistrôs e bares que destoam dos já existente no entorno. Logo, os novos comércios e serviços trazem mudanças no espaço, resultando em usos e consumos que afetam na reprodução da vida, o que pode ocasionar a mudança do perfil dos habitantes e frequentadores da área.

Defende-se, portanto, a adoção de ações paisagísticas, econômicas e sociais que não sejam excludentes. Contudo, como foi abordado, as ações do Rosto da Cidade pouco contribuem com ações de melhoria social, principalmente na questão de moradia de interesse social.

## Considerações finais

As cidades brasileiras e mundiais passam a ser norteadas e ordenadas cada vez mais pelo modelo denominado Planejamento Estratégico, principalmente com o avanço dos projetos de “re...”, isto é, revitalização, revalorização e refuncionalização urbana. Foi analisado que tal modelo se ascendeu inicialmente nos EUA da década de 1970, mas que teve grande destaque em Barcelona no início da década de 1990, com as transformações urbanas promovidas para sediar os jogos olímpicos de 1992.

Muitas cidades brasileiras também passaram a incorporar o modelo do Planejamento Estratégico, sendo que a ênfase do artigo se voltou para Curitiba. Analisou-se a evolução dos projetos de “re...” implantados na cidade a partir da década de 1990. Nesse contexto, refletiu-se para os objetivos visíveis e ocultos advindos dos programas públicos municipais.

Ao compreender o contexto histórico dos programas de “re...” em Curitiba, optou-se por fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o programa Rosto da Cidade, que consiste no mais contemporâneo projeto de revitalização estabelecido na cidade. Para isso, foi analisado a lei que instituiu o programa Rosto da Cidade e as suas consequências iniciais para a estrutura urbana e seus habitantes.

Entende-se que a atual transformação da área central de Curitiba não ocorre de forma isolada e descontextualizada, ou seja, o Rosto da Cidade se relaciona com projetos de “re...” estabelecidos anteriormente, assim como outras estratégias contemporâneas de planejamento urbano, especialmente a ampliação da vigilância urbana.

Pode-se afirmar, a partir da análise feita no decorrer do artigo, que existe um processo em curso que é responsável por direcionar novas características ao centro de Curitiba, já que após um período de abandono público, a área passou a novamente despertar o interesse do mercado imobiliário e do Estado.

Dentre as mudanças, assiste-se à valorização da imagem da cidade por meio de estratégias que convergem com a pintura de fachadas de prédios históricos frente as muitas pichações existentes, busca-se, assim, o afastamento da população e de expressões culturais estigmatizadas da área delimitada pelo Rosto da Cidade. É assim que a questão paisagística se tornou tema central da ação destinada ao centro da cidade, em contrapartida, pouco se verifica medidas de cunho social, especialmente as relacionadas com a questão habitacional.

A sobreposição dos interesses paisagísticos aos sociais vem sendo responsável por alavancar o processo de revalorização na área central de Curitiba, sendo que tal prática estimula a reflexão sobre a gênese de um possível processo de gentrificação, isso porque, ocultamente, existe um interesse em

se afastar uma parcela da população que hoje abriga e ocupa o local, por considerá-la perigosa. Ou seja, associa-se tais indivíduos com a degradação urbana e, consequentemente, com a impossibilidade de atrair novos investimentos e consumidores.

A estratégia de associação da pobreza com a violência vem permitindo as transformações urbanas pontuais no centro de Curitiba, contudo, tais mudanças não se limitam aos aspectos físico-territorial, visto que influenciam na reprodução da vida de grande parcela da população, que cada vez mais precisam resistir aos interesses mercadológicos para continuar habitando ou ocupando a área. Curitiba vem se transformando cada vez mais em uma cidade pautada pela lógica do mercado. Assim, a cidade como espaço de encontro das diferenças se reduz ao espaço da reprodução do capital, que apaga as múltiplas expressões culturais típicas da diversidade social. A intenção é selecionar os consumidores do fragmento urbano em transformação, logo, as relações sociais e o espaço urbano seguem a lógica da homogeneização.

## Referências

- AGÊNCIA CURITIBA DE NOTÍCIAS. *Imóveis históricos são recuperados na primeira etapa do Rosto da Cidade*. 12 de mar. 2019. Disponível em: (<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/imoveis-historicos-sao-recuperados-na-primeira-etapa-do-rosto-da-cidade/49547>), data de acesso: 07 de março de 2020.
- AGÊNCIA CURITIBA DE NOTÍCIAS. *Rua São Francisco terá um totêm da Guarda Municipal*. 14 de dez. 2015. Disponível em: (<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/rua-sao-francisco-tera-um-totem-da-guarda-municipal/38552>), data de acesso: 23 de março de 2020.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA PREFEITURA DE CURITIBA. *Novo programa, Rosto da Cidade vai recuperar imóveis do Centro*. 18 de set. 2018. Disponível em:  
<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/novo-programa-rosto-da-cidade-vai-recuperar-imoveis-do-centro/47618>, data de acesso: 23 de março de 2020.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA PREFEITURA DE CURITIBA. Centro de Controle Operacional da Muralha Digital de Curitiba começa a funcionar. 05 de jan. 2021. Disponível em:  
<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/centro-de-controle-operacional-da-muralha-digital-de-curitiba-comeca-a-funcionar/57562>, data de acesso: 01 de set. 2021.
- AMARAL, A. J. do; ANDREOLLA, A. H. *Drogas, urbanismo militar e gentrificação: o caso da “Cracolândia” paulistana*. Revista Direito e Praxis, Rio de Janeiro: 2020.
- ARANTES, O. B. F. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: ARANTES, O; VAINER, C. B; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11 – 74.
- ANASTÁCIO, M. F. *Curitiba: casas vazias e déficit habitacional. Intervenções do estado e do mercado na questão da moradia*. Anais do I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da UEL. Londrina, 2018. pp.232 – 246.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta a cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. Coordenado por Catherine Bidou-Zachariesen com a colaboração de Daniel Hiernaux-Nicolas e Hélène Rivière d’Arc – São Paulo: Annablume, 2006.
- BONDUKI, N. G. *Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

- CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARMONA, M. *Contemporary Public Space: Critique and Classification*, Part One: Critique. In: Journal of Urban Design, v. 15, n.1, fev. 2010, p.123-148.
- CINE PASSEIO. Saiba mais sobre o Cine. Disponível em: (<http://www.cinepasseio.org/cine>), data de acesso: 23 de maio de 2020.
- CLAVER, N. A ciutat vella de Barcelona: renovação ou gentrificação. BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta a cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 145-165.
- COMITRE, F. As políticas habitacionais sociais como fomentadoras dos problemas urbanos. O caso do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério em Sorocaba-SP. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP: Rio Claro, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Planejamento urbano em Sorocaba-SP: a militarização urbana e o estado de exceção*. 303 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Rio Claro, 2017.
- COMITRE, F.; FREITAS, G. A. C.; Os projetos de pesquisa como fomentadores da integração entre núcleo básico e técnico: um estudo de caso do IFPR Pinhais. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.I.], v. 1, n. 20, p. e10671, mar. 2021.
- COLVERO, A. A. A requalificação do centro antigo da cidade de São Paulo: políticas urbanas, planejamento participativo e gestão no período de 2001-2004. 168 f. Tese (Doutor) – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.
- CORRÊA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CRESTANI, A. M. Z. *Riachuelo da (in)visibilidade de uma rua reinventada à indícios de uma gentrificação em construção*. E-metrópolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. N. 16. Ano 5. Mar. 2014, p. 49-60.
- CRUZ, R. de C. A. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. Colaboradores: André Luiz Sabino, Fabio Silveira Molina, Rodolfo Pereira das Chagas. São Paulo: Roca, 2007.
- CURITIBA. Lei n. 15.388 de 14 de março de 2019. Institui o Programa Rosto da Cidade de Combate à Poluição Visual, à Pichação e Degradação da Cidade, no Município de Curitiba e dá outras providências. Curitiba, PR. 2019.
- FERRI, L. S. *Requalificação urbana do centro de Curitiba-PR*. Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa. Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2009.
- GRAHAM, S. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. Tradução: Alyne Azuma. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: (<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>), data de acesso: 06 de março de 2020.
- IUBEL, A. F.; CORDOVA, D. Z. de.; STOIEV, F. *As muitas vistas de uma rua: histórias e políticas de uma paisagem – Curitiba e a Rua Riachuelo*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2014.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

- LUCHIARI, M. T. D. P. *A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades*. GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 17. São Paulo, 2005, p. 95-105.
- MAGNANI, J. G. C. *De perto de e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17, n.49, junho, 2002, p. 11 – 29.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MAROS, A. Greca lança operação da Guarda Municipal para evitar cracolândia. Jornal Tribuna. 16 mai. 2017. Disponível em: (<https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/greca-lanca-operacao-da-guarda-municipal-para-evitar-cracolandia/>), data de acesso: 13 de abril de 2020.
- MELGAÇO, L. *Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnosfera da segurança*. 274 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia: Geografia Humana. São Paulo, 2010.
- MONTEIRO, F. A. *Habitação popular em Curitiba/PR: da criação da COHAB a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida*. Anais do XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.
- PILOTTO, A. S. *Área metropolitana de Curitiba: um estudo a partir do espaço intra-urbano*. 200 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2010.
- POLUCHA, R. S; NETO, P. N. *ZEIS X SEHIS - Análise crítica a partir do caso de Curitiba, PR*. Anais do XVIII ENANPUR – 27 a 31 de maio. Natal, 2019.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chepecó: Argos, 2003.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2012.
- SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginários e discursos heterônomo e autônomos na produção do espaço urbano*. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. *A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 147-166.
- WACQUANT, L. J. D. *Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa*. Novos Estudos – CEBRAP, nº 43, nov., 1995, p. 64-83.
- VACCARI, L. dos S. *Trabalho final da disciplina de sociologia urbana da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, 2001.